

Fernando Molica

É preciso ouvir também a dor humana

A tortura e assassinato do cachorro Orelha são, por óbvio, execráveis e imperdoáveis — os responsáveis têm que ser punidos. A repercussão do caso e a mobilização popular decorrentes do crime merecem, porém, algumas reflexões num país onde tanta gente normaliza a tortura e os assassinatos de seres humanos.

Na semana passada, o Tribunal de Justiça do Rio adiou para o dia 10 o julgamento de policiais militares acusados do homicídio do estudante Thiago Menezes Flausino, 13 anos, morto em 2023 durante operação na Cidade de Deus. Na época, um protesto contra o assassinato reuniu menos de 40 pessoas na Praia de Copacabana.

Em julho de 2024, a juíza Juliana Bessa Ferraz Krykhtine absolveu sumariamente os policiais acusados da morte do adolescente João Pedro Mattos, de 14 anos, morto em sua casa no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo. A repercussão ficou limitada a manifestações de parentes e de entidade de defesa de direitos humanos.

Vale frisar que não seria possível grudar nos nomes de Thiago ou de João Pedro o participio do verbo envolver: eles não eram “envolvidos” com qualquer atividade criminosa. De uns anos para cá, a palavra passou a ser usada para justificar e amenizar mortes de pobres e pretos pela polícia e, assim, desestimular reclamações. Femicídios e assassinatos da população LGBTQIAPN+ não costumam gerar protestos massivos.

Longe de pregar a impunidade dos que fizeram tanta maldade com o Orelha, mas não é concebível o linchamento virtual contra os suspeitos. Até mesmo pessoas que pregam o respeito à lei e aos direitos de cada um de nós reagem de maneira incompatível com suas próprias histórias de vida, revoltam-se contra o fato de os possíveis autores do crime serem classificados de adolescentes.

O erro não está em chamá-los assim, mas de reservar este tratamento apenas a jovens brancos e de classe média

suspeitos de cometer crimes. Caso fossem pobres, provavelmente receberiam o epíteto de “menores”, adjetivo que, desacompanhado da expressão “de idade”, passou a ser um substantivo usado para designar jovens pretos suspeitos de algum crime.

É também comum ouvir, no caso do Orelha, que, diferentemente de seres humanos, animais são puros, amorosos, fiéis, solidários. Um tipo de classificação compreensível, mas que revela dificuldade de adaptação ao universo humano, imprevisível e imperfeito.

Longe de mim questionar o amor, o carinho e o respeito que unem pessoas e seus bichinhos. O texto de Carlos Heitor Cony sobre a morte de Mila, a cachorrinha que, segundo ele, o havia escolhido para dono (na época não se falava em tutor), é lindo, emocionante.

Ao narrar, em “Vidas secas”, a morte da cadela Baleia, Graciliano Ramos faz com que torçamos para a existência do tal céu cheio de preás, gordos, enormes. Já testemunhei e compreendi o sofrimento de queridos amigos que perderam cães e gatos com os quais partilhavam afetos e vida.

Mas a ideia de considerar animais superiores a humanos é complicada. No limite, revela incapacidade de relação com o diferente, com as surpresas que a vida sempre nos apresenta. Por mais que amemos uma pessoa, esta sempre pode nos surpreender, nos abandonar, nos decepcionar. Da mesma forma que cada um de nós pode fazer isso; certamente já fizemos.

Diferentemente do que ocorre na relação com pets, dar comida, abrigo e carinho não são garantias de fidelidade humana. As relações com nossos semelhantes são mais complexas e, por isso, mais desafiantes e incontroláveis. A tristeza, e a indignação pelo que houve com Orelha ressaltam nossa humanidade, reforçam a necessidade de se fazer justiça. Mas não podemos ser indiferentes àqueles que, gente com a gente, são chutados, humilhados, torturados e mortos

Henrique Pires*

A Matilha

A humanidade,pretendendo ser civilizada,foi aos poucos colocando coleiras e amarrando guias que visam subjugar a feroz matilha dos seus próprios instintos.

A qual continuou existindo — aprisionada — vez por outra liberando um assustador cão-lobo, suficientemente selvagem para esfalear e avançar contra as boas práticas, as boas maneiras,os modos civilizados. Solta a fera, surgem estragos.

Muitas tendências vão e voltam, revelando o quão profundas podem ser as influências oriundas do tempo em que, a parte mais aquinhoadada da humanidade, residia em cavernas. A parte menos aquinhoadada, sobre as árvores.

E isso não é difícil de entender, são mais ou menos seis mil anos de processo civilizatório contra mais de um milhão de anos no meio dos matos e lugares inóspitos.

Por isso a feroz cachorrada precisa estar presa por leis, acordos, pactos, não devendo poder interferir na melhora constante da convivência humana.

Quando em 1774 o maior escritor alemão, Johann von Goethe, publicou “Os sofrimentos do jovem Werter”, as desventuras daquele personagem que se mata por amor tiveram impacto tão absurdo na juventude daqueles tempos que,onde o livro circulou, atirou um surto de imitações que assustou e destruiu famílias e apavorou autoridades. Em muitos lugares a obra foi depois proibida,mas os estragos já feitos acompanharam o mapa dos lugares onde ela foi traduzida e publicada.

A partir daí,surgiram estudos sérios — e pesquisas igualmente — que resultaram num novo pacto em muitos países ocidentais: sim, é preciso falar no assunto,mas evitando entrar em detalhes e reduzindo ao mínimo a descrição de particularidades de suicídios, para minimizar a incidência e evitar a reprodução do Efeito Werter por seres humanos desesperados, sem encoraja los — mesmo inocentemente — a que sigam o roteiro das pessoas falecidas tragicamente.

Tenho acompanhado notícias do Brasil e de boa parte do mundo e me deparo diariamente com escabrosos detalhes de feminicídios.

Penso se não residiria aí uma outra faceta do que poderia ser um tipo de Efeito Werter. O detalhamento dos atentados,com todos os seus requintes e pormenores, as armas usadas, a repetição reiterada do “modus operandi” de uns casos narrados novamente nos outros, me fazem pensar em — até que ponto — algumas dessas ações não estariam sendo estimuladas inocentemente por minúcias dos gestos assassinos, machistas, desesperados, covardes, numa lógica troglodita que não encontra justificativa possível nos dias de hoje.

Sim, temos que falar no assunto. Não podemos parar de falar. Mas aos que estudam o tema, sugiro que o abordem também por esse aspecto, como se deveria falar.

Afinal, precisamos achar uma maneira mais eficiente de lutar para impedir a fuga dessas bestas feras que cotidianamente se soltam,matam mulheres e arrasam e destroem tantas famílias e comunidades. Precisamos falar nesse assunto.

*Jornalista

Tales Faria

PSB conclui que ministra Simone Tebet se filiará ao partido

O PSB consultou advogados eleitorais e concluiu que, politicamente, a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), terá que aceitar o convite do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) para se filiar à legenda.

O próprio Alckmin, que foi fundador do PSDB, para se aliar ao petista Luiz Inácio Lula da Silva resolveu se filiar a um partido da coligação com o PT.

Nas conversas reservadas com o presidente Lula, a ministra deixou claro que marchará com ele na campanha eleitoral deste ano. O presidente da República já disse que será candidato à reeleição.

Segundo Tebet disse ao presidente, ela pretende disputar uma vaga no Senado. A dúvida é se o fará pelo seu estado, Mato Grosso do Sul, ou se transfere o título eleitoral para São Paulo.

Ao PSB, os advogados consultados têm dito que a ministra até pode permanecer no MDB, mas, nesse caso, tem um custo alto: não poderá aparecer com Lula, ou manifestar apoio ao presidente na propaganda eleitoral gratuita da TV.

A recíproca também é verdadeira. Se Lula apoiasse Simone Tebet no horário eleitoral com ela no MDB, seria caracterizada a chamada “invasão de horário”, o que resultaria em punição da Justiça eleitoral.

Depois de ouvir de um integrante da cúpula nacional do PSB essa análise sobre a situação de Tebet, a coluna procurou especialistas em direito eleitoral a fim de saber se a análise é correta do ponto de vista jurídico.

Henrique Neves, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entre 2012 e 2017, disse que sim, se a ministra quiser ser candidata ao Senado e aparecer com Lula na propaganda eleitoral, terá que estar filiada ao “PSB ou

qualquer outro partido que faça parte da coligação formada para a candidatura do petista”.

Henrique Neves sublinha que Simone também poderia apoiar e ser apoiada por Lula no programa eleitoral caso o MDB entrasse na coligação do presidente. Este é o mesmo raciocínio apresentado à coluna por outro especialista em direito eleitoral procurado pela coluna, o advogado Eduardo Rego.

“Sem essa união jurídica entre MDB e a federação petista, a participação dela ficaria vetada na propaganda oficial de televisão para evitar a chamada “invasão de horário”, sob risco de sanções pela Justiça Eleitoral. Por outro lado, na esfera privada e digital, a liberdade é ampla. A legislação não impede que Tebet utilize as suas redes sociais ou produza materiais impressos, como santinhos, associando sua imagem à de Lula, desde que não utilize recursos do Fundo Eleitoral ou partidário para essa finalidade específica”, disse Eduardo Rego.

É por isso que, no final das contas, o PSB chegou a uma conclusão política com base na análise jurídica. Para permanecer no MDB, Simone Tebet pagaria o alto preço de não poder citar sua aliança com Lula no horário eleitoral gratuito da TV e do rádio, o que diminuiria as chances de ser eleita. Alckmin e seus colegas de partido dão como certo que ela virá para o PSB.

A dúvida é se em São Paulo ou em Mato Grosso do Sul. Se for no seu estado atual, Simone Tebet sofrerá apupos dos antigos aliados. Caso transfira o título para São Paulo, provavelmente terá como companheiros de chapa alguns daqueles que o presidente Lula está sondando.

Lula tem conversado com possíveis candidatos à chapa para governo e senador por São Paulo, nomes como os ministros Fernando Haddad (PT), Marina Silva (Rede) e Marcio França (PSB), além da ex-prefeita Marta Suplicy (PT).